



ITEM 44

CONTRATO Nº. 057/2012 - CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS REFERENTE AO ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO.

Entre o Município de Mogi Mirim e a empresa TECNOPARK SOLUÇÕES LTDA, é celebrado o presente contrato de concessão de serviço público de fornecimento, operação e manutenção para administração do sistema de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Mogi Mirim, na forma e condições seguintes, reciprocamente estipuladas e aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES

São partes neste instrumento: o Município de Mogi Mirim, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Nelson Bueno, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e a empresa TECNOPARK SOLUÇÕES LTDA, sociedade sediada em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro nº 630 - Conjunto 1505 - Andar 15 - Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.646.270/0001-28 e Inscrição Estadual nº. 90566973-70, aqui representada por seu Administrador, o Sr. Fernando Lamarão de Paula Soares, portador do CPF nº. 034.406.479-43 e RG nº. 6.618.972-4 SSP/PR, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO E PRAZO

É objeto deste contrato a concessão onerosa do estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos de Mogi Mirim à CONCESSIONÁRIA, para que esta, com exclusividade, realize seu gerenciamento, administração, operação, manutenção e exploração comercial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme termos e condições descritos no Edital de Licitação nº 011/2011, o teor da sua proposta comercial e, ainda, atendidas as disposições legais contidas nos artigos 6º e 7º da Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e ainda na Lei Municipal nº 3.542 de 15 de Outubro de 2001, Decreto Municipal nº 5.284 de 19 de novembro de 2010, o nº 5474 de 17 de junho de 2011 e o nº 5576 de 13 de setembro de 2011 que ficam fazendo parte deste instrumento, independente de transcrição. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

O presente contrato tem o valor básico estimado em R\$ 3.806.712,11 (Três milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e doze reais e onze centavos). As receitas da CONCESSIONÁRIA, definidas nos termos do item 9.3 do Edital, serão advindas das tarifas constantes do item 15 do Edital, de forma que o capital de giro e os investimentos despendidos pela CONCESSIONÁRIA, sejam por elas remunerados e amortizados.

CLÁUSULA QUARTA - ENCARGOS

Os encargos do poder CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA e os direitos e obrigações dos usuários, além dos que já estão estipulados no Edital de Licitação, origem deste contrato, são os expressos nos artigos 29 a 31, da Lei Federal 8.987/95, que as partes declaram conhecer e se obrigam a cumprir, no que couber à relação aqui formalizada.

CLÁUSULA QUINTA - BENS A SEREM CEDIDOS

O Município de Mogi Mirim cederá, a título de utilização para exploração comercial dos serviços de fornecimento, operação e manutenção para administração do sistema de estacionamento rotativo pago, as vias e logradouros públicos do Município, discriminadas no Anexo I - Termo de Referência

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

6.1 - A CONCEDENTE terá o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços previstos no presente Contrato, por intermédio do Departamento de Trânsito e Transportes, não importando a ação ou omissão dessa fiscalização em redução ou supressão das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA por eventuais erros, falhas ou omissões relacionadas com os serviços. A fiscalização da CONCEDENTE deverá apontar as faltas cometidas pela CONCESSIONÁRIA, por escrito concedendo-lhe prazo compatível para solução, salvo emergências. Na hipótese de não atendimento das notificações da fiscalização ou o descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações aqui avençadas, poderá implicar, a critério do Poder CONCEDENTE, mas garantido

Mg

[Assinatura]



prévio contraditório, na imposição das penas de advertência, multa e caducidade. As advertências serão sempre formalizadas por escrito.

6.1.1. - Os prazos máximos para eventuais reparos relacionados com a execução contratual são os seguintes:

- a) reparos ou substituição dos equipamentos (pedestais e parquímetros) - 05 (cinco) dias úteis;
- b) reparos ou reformas na sinalização horizontal e vertical - 10 (dez) dias úteis;
- c) reparos no funcionamento do sistema (postos de venda e escritório central) - 02 (dois) dias úteis.

6.2 - Os mecanismos a serem aplicados de aferição da qualidade dos serviços concedidos basicamente são a indicação de gestor do contrato por parte da concedente que tem como objetivo fundamental o acompanhamento dos trabalhos da concessionária o qual se dará através de vistorias na área abrangida pela concessão dimensionada de acordo a necessidade percebida pelo gestor, de relatórios frequentes fornecidos pela concessionária ao Departamento de Trânsito e Transportes devidamente analisados pelo gestor do contrato, das informações prestadas ao gestor do contrato pelos agentes de trânsito que estarão atuando diretamente na fiscalização desse sistema e pela constatação de ocorrências quanto às reclamações manifestadas através dos usuários do sistema.

6.3 - Os atos contrários aos objetivos do presente contrato, praticados pela concessionária, garantida a ampla defesa e o contraditório conforme indicado no item 6.1, sujeitam-nas seguintes penalidades, a critério da Administração:

6.3.1 O atraso injustificado no cumprimento do subitem 6.1.1 do contrato sujeitará a concessionária à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre a receita bruta mensal, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas neste contrato e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, até o limite de 10 (dez) dias, contados a partir do término dos prazos estipulados no subitem 6.1.1.

6.3.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à concessionária, as seguintes penalidades:

6.3.1.1 Advertência;

6.3.1.2 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato;

6.3.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, bem como de receber auxílio / subvenção / contribuição da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

6.3.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública pelo tempo que perdurar a punição, ou até que seja promovida a reabilitação da concessionária e depois de ressarcidos os prejuízos resultantes, para a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

6.4 A multa poderá ser cobrada extrajudicialmente, e no descumprimento o débito será inscrito em dívida ativa e cobrada judicialmente.

6.5 A concessionária cabe:

6.5.1 - Recorrer e justificar por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

6.5.2 Caso a fiscalização da Administração aceite as alegações do recurso, a apelação da multa terá efeito suspensivo;

6.5.3 A sustação definitiva da multa será efetuada no recebimento final dos serviços, condicionada a pareceres favoráveis da fiscalização, que considerará, além das razões alegadas pela concessionária também as características do acabamento, perfeição dos serviços executados e a sua conduta geral em todo o decurso do prazo contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO E DO RE-EQUILÍBRIO

7.1 Os valores das Tarifas do sistema de estacionamento rotativo pago serão reajustados, através de Decreto do Sr. Prefeito Municipal, de acordo com a variação do IGPM-FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, considerando-se a periodicidade de 12 (doze) meses a partir da data limite de apresentação da proposta de preços, nos termos do inciso XI do Artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

7.2 No caso de ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, a CONTRATADA



deverá requerer a repectuação por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a Comissão Permanente de Licitação, através do Protocolo Geral.

7.2.1 A CONTRATADA perderá o direito de exigir, retroativamente, o reajuste dos preços contratados se não solicitá-lo até, no máximo, o mês subsequente ao de sua incidência; ultrapassado este prazo os efeitos financeiros do reajuste somente terão vigência a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E OBRIGAÇÃO DAS PARTES

8.1 Caberá à CONCESSIONÁRIA, além das obrigações estabelecidas no Edital:

8.1.1 Executar os serviços objeto do presente Contrato de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos do Edital, deste contrato e dos demais detalhes e ordens que emanarem do Departamento de Trânsito e Transportes.

8.1.2 A exploração comercial deverá observar e se ater às atividades descritas no Edital de Licitação Concorrência Pública Nº 011/2011, origem deste contrato.

8.1.4 Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativa à mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamento.

8.1.5 Manter representantes que estarão credenciados a representá-la em todos os atos referentes à execução do presente Contrato. Estes representantes terão como substitutos, em seus impedimentos ocasionais, seus auxiliares diretos, credenciados perante o Departamento de Trânsito e Transportes, os quais ficarão também, permanentemente no local.

8.1.6 Na hipótese da CONCESSIONÁRIA necessitar substituir seus prepostos, deverá informar o nome dos substitutos por escrito à CONCEDENTE.

8.1.7 Facilitar para o Departamento de Trânsito e Transportes todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, fornecendo toda a documentação requerida.

8.1.8 Fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços objeto deste Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

8.1.9 Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da CONCESSIONÁRIA, ou de suas subcontratadas, com a CONCEDENTE.

8.1.10 Respeitar rigorosamente a legislação pertinente e em especial, as normas e diretrizes emanadas do Poder Executivo Municipal.

8.1.11 Fornecer todos os materiais e equipamentos para os serviços objeto deste Contrato, ficando a cargo destas o transporte dos equipamentos de sua propriedade a serem alocados aos serviços, sem nenhum ônus para a CONCEDENTE.

8.1.12 Correrão por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA quaisquer indenizações por danos e/ou prejuízos causados por ela ou suas subcontratadas à CONCEDENTE ou a terceiros.

8.1.13 A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pela guarda, dos equipamentos e materiais objeto da presente licitação, bem como das instalações relacionadas, cumprindo-lhe prever e prover o necessário seguro, a fim de acautelar danos ou prejuízos decorrentes de incêndio, raios, explosão, vendaval, danos elétricos, impacto de veículos, responsabilidade civil, queda de avião.

8.1.14 Correrão por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA, todos e quaisquer tributos em razão dos serviços objeto deste Contrato, qualquer que seja a modalidade de sua incidência, inclusive o Imposto de renda.

8.1.15 Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciárias, bem como a exigir das eventuais subcontratadas rigorosa comprovação de idênticas quitações.



8.1.16 A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento do valor mensal fixado a título de remuneração da concessão, conforme previsto na cláusula 9ª (nona) deste contrato;

8.1.17 Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a ressarcir os créditos não utilizados pelos usuários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do contrato.

8.1.18 - Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a publicar demonstrações financeiras periódicas.

8.1.19 - Obriga-se a CONCESSIONÁRIA em tomar todas as providências e adotar as medidas necessárias para garantir a adequada e satisfatória operação do sistema, tais como:

- a) gerenciamento;
- b) treinamento de pessoal;
- c) fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, combustível e impressos;
- d) confecções de placas de sinalização vertical e horizontal atendendo as normas do CONTRAN;
- e) aquisição de veículos para a fiscalização;
- f) outros gastos decorrentes de atividades correlatas a serem desenvolvidas;
- g) manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema.

8.2 - Caberá ao PODER CONCEDENTE:

8.2.1 Constitui direito irrevogável da CONCEDENTE o de aditar, a qualquer tempo, os serviços da CONCESSIONÁRIA, preservando-se sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.2 Solicitar o afastamento dos representantes da CONCESSIONÁRIA, de seus substitutos eventuais ou de subcontratados, se a permanência de quaisquer desses elementos em tais funções for julgada inconveniente, justificadamente.

8.2.3 Na hipótese da CONCEDENTE vir a solicitar o afastamento de pessoal, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar prontamente a substituição desses representantes, substituindo-os por outros aceitos pela CONCEDENTE, sem que dessa substituição possa advir qualquer ônus para este último.

8.2.5 Fiscalizará os serviços objeto deste contrato, aplicando as penalidades aos infratores, conforme previsto na cláusula sexta.

8.2.6 Intervir na concessão, nos casos e condições previstos em Lei.

8.2.7 Zelar pela boa qualidade dos serviços, recebendo, apurando e solucionando queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.

8.2.8 Fiscalizar a execução das obras de complementação e adequação das vias e logradouros públicos destinados ao estacionamento rotativo pago.

8.2.9. Cumprir a Lei Municipal nº 3.542 de 15 de Outubro de 2001, Decreto Municipal nº 5.284 de 19 de novembro de 2010, o nº 5.474 de 17 de junho de 2011 e o nº 5.576 de 13 de setembro de 2011.

8.3. Caberá ao usuário:

8.3.1. direitos e deveres da obtenção e utilização do serviço;

8.3.2. direitos e deveres dos usuários das vagas de estacionamento rotativo, bem como o dever da Concessionária de manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema.

CLÁUSULA NONA - OUTORGA

A CONCESSIONÁRIA remunerará a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim um valor mensal, correspondente a 12% (Doze por cento) da receita líquida arrecadada, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a arrecadação.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS



A CONCESSIONÁRIA manterá a disposição do Poder CONCEDENTE, independentemente de prévio aviso, todos os documentos, contratos, recibos, demonstrativos do movimento financeiro, relatórios, etc., visando ao seu controle da relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOCUMENTOS E NORMAS INTEGRANTES

Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação - Concorrência Pública nº 011/2011, origem deste Contrato, seus anexos, e a proposta comercial da CONCESSIONÁRIA, independente de sua transcrição. Subordina-se esta contratação aos ditames das leis federais 8.666/93, 8.987/95, e da Lei Municipal nº 3.542 de 15 de Outubro de 2001, Decreto Municipal nº 5.284 de 19 de novembro de 2010, o nº 5.474 de 17 de junho de 2011 e o nº 5.576 de 13 de setembro de 2011, obrigando-se as partes, a respeitá-las e cumpri-las

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA

12.1 A CONCESSIONÁRIA prestou garantia contratual, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) de 1/5 do contrato, devendo esta ser renovada a cada período de 12(doze) meses.

12.2 A garantia prestada poderá se dar em qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO, INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

13.1 A Administração reserva-se o direito de rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à concessionária direito de indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- 13.1.1 Infração de cláusula contratual;
- 13.1.2 Encerramento das atividades ou dissolução da concessionária;
- 13.1.3 Garantia ou utilização do contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia autorização da Administração;
- 13.1.4 Inobservância das instruções da fiscalização, das normas e especificações;
- 13.1.5 Transferência do contrato a terceiros;
- 13.1.6 Paralisação dos serviços sem motivos justificados, a juízo da Administração, ou redução de pessoal em serviço que torne incompatível com o desenvolvimento previsto;
- 13.1.7 Outros, conforme previsto no artigo 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

13.2 Fica estabelecida a rescisão, independentemente da interpelação judicial, assegurada a concessionária o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVII do artigo 78 da lei nº 8.666/93.

13.3 A rescisão de que trata os incisos I a XII e XVII do supracitado artigo, sem prejuízo das sanções descritas na lei, acarretará as consequências previstas nos incisos do artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

13.4 Para a rescisão do presente contrato, aplicam-se as disposições previstas nos artigos 77, 79, 80 e outras aplicáveis da lei 8.666/93, com alterações posteriores.

13.5 Ficam reconhecidos os direitos da Administração estipulados no artigo 77 da mesma lei.

13.6 Considerar-se-á rescindido o presente contrato, independentemente de ato especial retornando os direitos de exploração à Administração, sem direito à concessionária qualquer indenização, nos seguintes casos:

- 13.6.1 Se a eles for dada utilização diversa da destinada;
- 13.6.2 Se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;
- 13.6.3 Se a concessionária renunciar à concessão, deixar de exercer suas atividades, ou extinguir;
- 13.6.4 Se a Administração vier a necessitar, a qualquer tempo, do bem para utilização em serviço público, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

13.7 A Administração poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

13.7.1 A intervenção far-se-á por decreto da Administração, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.



- 13.8 Declarada a intervenção, a Administração deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- 13.8.1 Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.
- 13.8.2 O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- 13.9 Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.
- 13.10 Extingue-se a concessão por:
- 13.10.1 Advento do termo contratual;
- 13.10.2 Encampação;
- 13.10.3 Caducidade;
- 13.10.4 Rescisão;
- 13.10.5 Anulação;
- 13.10.6 Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
- 13.11 Extinta a concessão, retornam à Administração todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- 13.12 Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pela Administração, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.
- 13.13 A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização pela Administração, de todos os bens reversíveis.
- 13.14 A Administração procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária.
- 13.15 A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- 13.16 Considera-se encampação a retomada do serviço pela Administração durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- 13.17 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da Administração, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições legais e contratuais e as normas convencionadas entre as partes.
- 13.17.1 A caducidade da concessão poderá ser declarada pela Administração quando:
- 13.17.1.1 O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- 13.17.1.2 A concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- 13.17.1.3 A concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- 13.17.1.4 A concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- 13.17.1.5 A concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- 13.17.1.6 A concessionária não atender a intimação da Administração no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- 13.17.1.7 A concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
- 13.17.2 A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.



- 13.17.3 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.
- 13.17.4 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto da Administração, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.
- 13.17.5 A indenização será devida na forma deste contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- 13.17.6 Declarada a caducidade, não resultará para a Administração qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- 13.18 O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- 13.18.1 Na hipótese prevista neste item os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REVERSÍVEIS

Ao final do contrato, os bens reversíveis, entre eles, os conjuntos de parquímetros (pedestais e equipamentos) e demais instalações realizadas quando da implantação do sistema de estacionamento rotativo, serão automaticamente incorporados ao patrimônio do município. Referidos bens deverão estar em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INDENIZAÇÕES

Para fins de cálculo de indenização, devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos casos expressamente previstos no presente CONTRATO, observar-se-á o seguinte:

- I - ao término do prazo contratual não caberá indenização;
- II - no caso de encampação, a indenização, que será paga previamente ao ato, deverá corresponder ao valor dos bens que reverterem ao PODER CONCEDENTE, descontada a sua depreciação;
- III - no caso de caducidade, independentemente da aplicação das penalidades e da reparação dos danos decorrentes do inadimplemento, nos termos do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA somente poderá postular indenização se comprovadamente ocorrer enriquecimento imotivado por parte da Administração Municipal pela reversão de bens não integralmente amortizados ou depreciados, descontado o valor dos danos causados e das multas cominadas, bem como, quando o caso, das obrigações financeiras não satisfeitas;
- IV - no caso de rescisão amigável ou judicial não caberá indenização, exceto se contrariamente for fixado em sentença judicial;
- V - no caso de anulação do CONTRATO, somente quando comprovado que a CONCESSIONÁRIA não concorreu para a ilegalidade, caberá indenização correspondente apenas ao valor efetivo dos bens que reverterem para a Administração Municipal, calculado na data da decretação da anulação, desde que estes bens ainda não estejam integralmente amortizados pela exploração do objeto do CONTRATO.

Quando advier a caducidade por culpa comprovada da CONCESSIONÁRIA, esta acarretará também:

- a) retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO;
- b) responsabilização por prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros;
- c) aplicação de multas, nos termos do disposto no presente CONTRATO e na legislação vigente.

Excetuada a hipótese de encampação, a indenização cabível para os demais casos de extinção do CONTRATO será calculada nos termos desta Cláusula e parcelada pelo número de meses a que ainda seria vigente o CONTRATO, devendo a primeira parcela vencer após um ano da extinção do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS COMUNICAÇÕES E DO GESTOR

O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

CONCEDENTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Mj



Departamento de Trânsito e Transportes
A/C Sr. Rômulo de Andrade Vasconcelos
RUA DR. ARTUR CÂNDIDO DE ALMEIDA Nº 110 - CENTRO
CEP 13800-050/MOGI MIRIM/SP

CONCESSIONÁRIA:

TECNO PARK SOLUÇÕES LTDA
Rua Marechal Deodoro nº 630 - Conjunto 1505 - Andar 15 - Centro
Curitiba - PR CEP: 80.020-320
Fernando Lamarão de Paula Soares.

Parágrafo Único - Fica definido neste instrumento, que será GESTOR do contrato o Sr. Rômulo de Andrade Vasconcelos, ficando a seu encargo o gerenciamento de prazos de execução e vigência, fiscalização dos serviços junto ao Departamento de Trânsito e Transportes, bem como outros atos que se referem a este.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Elegem as partes, como único competente para dirimir toda e qualquer questão que possa resultar deste contrato, o foro da Comarca de Mogi Mirim, com renúncia expressa a qualquer outro, por privilegiado que seja. E por se acharem assim ajustadas e concordes, firmam, por seus representantes, o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.
Mogi Mirim 20. de Março..... 2012


Carlos Nelson Bueno
Prefeito Municipal



Fernando Lamarão de Paula Soares
TECNO PARK SOLUÇÕES LTDA

TESTEMUNHAS:



Maria Helena Tassinari Cavali
Diretora do Depto Recursos Materiais


Vitor Rubens Mariotoni Coppi
Diretor do Departamento de Trânsito e Transportes

GESTOR:


Rômulo de Andrade Vasconcelos
Engº Civil do Departamento de Trânsito e Transportes

DE ACORDO


Joelma F. Cunha
Procuradora
Departamento Jurídico.
OAB/SP: 241.124



Termo Aditivo nº 057.01/2012

Objeto: Anuência para cessão dos direitos da respectiva concessão do sistema de estacionamento rotativo - entre as empresas TECNOPARCK SOLUÇÕES LTDA e TRANSIT PROJETOS E SERVIÇOS LTDA.

São partes neste instrumento: o Município de Mogi Mirim, neste ato representado por sua Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana, Sra. Beatriz Ribeiro Humphreys Gama Gardinali, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e a empresa TECNOPARK SOLUÇÕES LTDA, sociedade sediada em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro nº 630 - Conjunto 1505 - Andar 15 - Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.646.270/0001-28 e Inscrição Estadual nº. 90566973-70, aqui representada por seu Administrador, o Sr. Fernando Lamarão de Paula Soares, portador do CPF nº. 034.406.479-43 e RG nº. 6.618.972-4 SSP/PR, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA.

Considerando, solicitação protocolada através de Processo Administrativo nº 010164/2015 pela empresa TECNOPARCK SOLUÇÕES LTDA, onde requer a cessão dos direitos relativos ao Contrato de Concessão nº 057/2012 à empresa pretendente TRANSIT PROJETOS E SERVIÇOS LTDA;

Considerando, que a empresa Transit Projetos e Serviços Ltda "... com referência ao Contrato de Concessão nº 057/2012, declaramos que assumimos plena e totalmente a responsabilidade técnica pela elaboração e execução de todos os serviços objeto do presente contrato de concessão de estacionamento rotativo do município de Mogi Mirim", firmado em 20 de Março de 2012, desta forma entende-se que não haverá qualquer prejuízo à prestação dos serviços, hoje prestados pela TECNOPARCK SOLUÇÕES LTDA e ao interesse público refletido no Contrato, desta forma autoriza-se a transferência da Concessão;

Considerando, despacho jurídico constantes nos autos do Processo Administrativo nº 010164/2015, encontrando respaldo no art. 175 da Constituição Federal e; Lei 8.987/1995 § 1º do artigo 27,

Não havendo, portanto, prejuízo ao interesse público, a concessão passa, de: TECNOPARK SOLUÇÕES LTDA, sociedade sediada em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro nº 630 - Conjunto 1505 - Andar 15 - Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.646.270/0001-28 e Inscrição Estadual nº. 90566973-70, aqui representada por seu Administrador, o Sr. Fernando Lamarão de Paula Soares, portador do CPF nº. 034.406.479-43 e RG nº. 6.618.972-4 SSP/PR; para: TRANSIT PROJETOS E SERVIÇOS LTDA sediada em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Capitão Casa nº 489 - Sala 08, Bairro Demarche, inscrita no



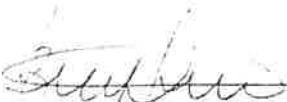
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA DE SUPLEMENTOS E QUALIDADE

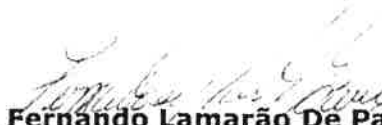
Rua Dr. José Alves, 129 Centro - Fone. (19) 3814-1047 - Fax (19) 3814-1056

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 06.239.510/0001-00, representada por seu sócio gerente, o Sr. Eduardo Rubino Luchesi, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 180.364.958-56 e RG nº. 23.821.436-9;

Por estarem inteiramente de acordo, assinam a presente alteração contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.


Mogi Mirim, ____ de setembro de 2015.


Beatriz Ribeiro H. G. Gardinali
Secretária de Planej. e Mobilidade Urbana.


Fernando Lamarão De Paula Soares
Tecnopark Soluções Ltda.


Eduardo Rubino Luchesi
Transit Projetos e Serviços Ltda.

DE ACORDO:


ELISEU D. A. VASCONCELOS
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 288.214

Secretaria de Negócios Jurídicos



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Município De Mogi Mirim

Órgão: Prefeitura Municipal De Mogi Mirim

Contrato Nº.057.01/2012

Objeto: Anuência Para Cessão Dos Direitos Da Respectiva Concessão Do Sistema de Estacionamento Rotativo - Entre as Empresas Tecnopark Soluções Ltda e Transit Projetos e Serviços Ltda.

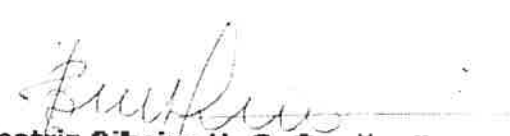
Contratante: Prefeitura Municipal De Mogi Mirim

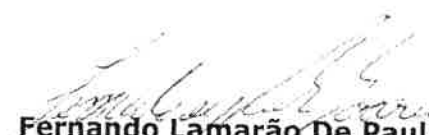
Contratada: Tecnopark Soluções Ltda.


Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Mogi Mirim, 13 de setembro de 2015.


Beatriz Ribeiro H. G. Gardinali
Secretária de Planej. e Mobilidade Urbana.


Fernando Lamarão De Paula Soares
Tecnopark Soluções Ltda.


Eduardo Rubino Luchesi
Transit Projetos e Serviços Ltda.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



CONTRATO Nº 086/2007

CONTRATO DE CONCESSÃO, que entre si fazem a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM e a empresa VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A para Concessão Não Onerosa do Serviço de Transporte Coletivo no Município de Mogi Mirim.

Processo nº. 00616/2005

Concorrência nº. 001/2007

Pelo presente instrumento de concessão, celebrado com fundamento na Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações, e demais legislações pertinentes, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, Estado de São Paulo, doravante denominada "**CONCEDENTE**", neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **CARLOS NELSON BUENO**, e, de outro, a empresa **VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A**, estabelecida na Rua Padre Roque nº 999, Centro, na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 52.771.516/0001-33, neste ato representada pelos Senhores **Francisco Carlos Mazon**, brasileiro, casado, Diretor Superintendente, portador do RG nº 6.642.505 e CPF nº 823.558.198-15 e **Antonio Carlos Chede Mazzoni**, brasileiro, casado, Diretor Gerente, portador do RG nº M. 1.414.935 - SSP/MG e CPF nº 403.355.186-72 e, doravante denominada "**CONCESSIONÁRIA**", por seus representantes legais, têm entre si justo e avençado o seguinte:

1 - DO OBJETO

1.1 A CONCESSIONÁRIA, vencedora da Concorrência Pública nº. 001/2007, mediante concessão não onerosa, obriga-se a operar na condição de CONCESSIONÁRIA o Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Mogi Mirim, sob a fiscalização da CONCEDENTE, na forma da legislação pertinente e em conformidade com as especificações técnicas constantes do Edital e de seus Anexos, bem como de sua proposta técnica, independente de transcrição.

2 - DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

2.1 A execução do presente ajuste se fará sob o planejamento, organização, coordenação, controle e fiscalização da CONCEDENTE, nos termos do Regulamento constante do Decreto nº. 3.611 de 28/11/2003 e suas alterações previstas no Anexo II do Contrato.

2.2 A remuneração da CONCESSIONÁRIA pelo serviço prestado será constituída pela tarifa, conforme Anexo V do contrato, que será fixada pela PREFEITURA, respeitadas as normas de isenção, gratuidade e redução percentual previstas em Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



2.2.1 - A tarifa será fixada por Decreto Municipal e reajustada, anualmente, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com a metodologia e procedimentos contidos no Anexo V deste contrato.

2.2.2 - A tarifa dos serviços prestados deverá ser adequada e suficiente para assegurar à CONCESSIONÁRIA:

- a) a justa remuneração do capital empregado e o ressarcimento da sua depreciação.
- b) o equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço.
- c) a cobertura dos custos do transporte oferecido em regime de deficiência.

2.2.3 - Caso, durante a execução dos serviços, sejam concedidos novos tipos de gratuidades e/ou alterações do serviço contratado, que venham a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar revisão da tarifa, com o objetivo de adequá-la à nova realidade.

2.2.4 - A tarifa inicial, conforme planilha em anexo, tendo como referência o mês de Dezembro de 2006, será de R\$ 1,85 (Um real e oitenta e cinco centavos), devendo o seu valor ser preservado pelas regras de reajuste e revisão apresentadas a seguir, com a finalidade de assegurar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato da concessão.

a) A tarifa será atualizada, no caso de reajuste ou revisão, por meio de planilhas e demonstrativos, conforme Metodologia de Cálculo ANEXO V do contrato.

b) Os cálculos dos valores atualizados da tarifa serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada no Edital e apresentados à apreciação do CONCEDENTE, para verificação de consistência e encaminhamento à aprovação do Prefeito Municipal.

c) O Poder CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias, após o recebimento dos estudos elaborados pela CONCESSIONÁRIA, para análise e homologação do valor da tarifa. Havendo qualquer inconsistência nos cálculos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE procederá de ofício os ajustes necessários e homologará o novo valor calculado.

d) A revisão ou o reajuste da tarifa deverá ser iniciado por solicitação da CONCESSIONÁRIA ao Município de Mogi Mirim, através do Departamento de Trânsito e Transportes, ou por iniciativa desta, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências inestimáveis, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



e) A solicitação da CONCESSIONÁRIA deverá ser instruída com estudos e demonstrativos que comprovem a ocorrência de uma ou mais causas justificativas da revisão ou reajuste previstos neste Edital, bem como os seus efeitos significativos e de natureza duradoura que estejam prejudicando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

f) Não será considerado motivo justificativo da revisão ou reajuste a ocorrência de riscos que, pela sua natureza, tenham sido assumidos pela CONCESSIONÁRIA, na formulação de sua proposta.

g) Terão isenção e descontos de pagamento de tarifa os usuários especificados em Lei.

h) Será vedado ao Poder CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários, exceto se no cumprimento de Lei.

i) A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério e por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das tarifas ou de reequilíbrio do contrato, desde que aprovado pelo Município de Mogi Mirim.

j) A tarifa será expressa em reais e centavos.

k) O valor da tarifa será de R\$ 1,85 (Um real e oitenta e cinco centavos), nesta data, quando o pagamento é efetuado em moeda corrente, diretamente na catraca do ônibus. No caso da aquisição de passagens sob a forma de cartão magnético ou eletrônico, o valor da tarifa será de R\$ 1,78 (Um real e setenta e oito centavos), para a aquisição de, no mínimo, 5 (cinco) passagens. Tais descontos serão considerados para fins de apuração do número de "passageiros equivalentes".

2.3 - A CONCESSIONÁRIA deverá aceitar por um período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da expedição da Ordem de Serviços, todos os passes em circulação, considerando-os como uma passagem, independente do seu valor de face.

2.4 - O presente contrato de Concessão autorizará a CONCESSIONÁRIA a operar linhas, trechos ou segmentos que integram o Sistema de Transporte Coletivo do Município, na forma descrita no ANEXO III do contrato, bem como as seguintes atividades acessórias, conexas ou complementares à operação, que não interferem na remuneração definida no item 2.2.

a) comercialização dos passes, vales-transportes e demais comprovantes utilizados ou que venham a ser utilizados como contraprestação do serviço de transporte de passageiros, no período de vigência da concessão, em forma de bilhetes, cartões, detetores eletrônicos ou assemelhados, que serão emitidos pela CONCESSIONÁRIA, e

b) exploração da publicidade comercial nas partes internas e externas dos veículos (ônibus), obedecida à legislação vigente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



2.4.1 - A padronização visual dos veículos será determinada sempre pela CONCEDENTE.

3 - DOS PRAZOS E METAS DA CONCESSÃO

3.1 - A presente Concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por 5 (cinco) anos, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, após assinatura deste Contrato.

3.2 - A meta desta concessão é a prestação adequada dos serviços concedidos garantindo a racionalização e reestruturação do sistema existente, na forma constante do Projeto de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Mogi Mirim - Anexo III do contrato.

3.3 - Toda linha de transporte coletivo municipal de passageiros, seja qual for o itinerário, existente ou que venha a ser criada, integrará o sistema, podendo a CONCEDENTE disponibilizar qualquer ônibus para a utilização nas linhas do sistema, de modo a atender a conveniência ou exigência do interesse público, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.4 - A idade média dos veículos, considerada para fins de definição da tarifa, é entre 2 e 3 anos, e a idade máxima admitida é de 5 anos.

3.4 - Os veículos deverão estar vinculados à concessão e serem registrados no Município. A substituição, retirada ou inclusão de qualquer veículo deverá ser precedida de autorização do Poder Concedente.

3.6 - A CONCESSIONÁRIA assume compromisso com a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualização e aperfeiçoamento do sistema, nas mesmas condições de sua proposta, sujeitando-se às modificações quantitativas e qualitativas no objeto contratual determinadas pela CONCEDENTE, que tenham como objetivo ampliar ou reduzir a capacidade e especificação do sistema sob sua responsabilidade.

3.7 - A prorrogação do prazo da presente concessão será feita mediante termo Aditivo, celebrado entre as partes, nos termos da legislação pertinente.

3.8 - Caberá à CONCEDENTE a fiscalização periódica do bom cumprimento das obrigações a cargo da CONCESSIONÁRIA, no que diz respeito principalmente à qualidade dos serviços prestados, sendo a avaliação obtida utilizada para fins de decisão acerca do interesse público na continuidade da Concessão.

3.9 - A prorrogação do prazo de vigência da presente concessão deverá ser precedida de justificativa, por escrito, demonstrando a vantagem e utilidade da prorrogação, mediante sólidos estudos econômicos - financeiros e autorização expressa da CONCEDENTE.

5

[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



4 - DA CAUÇÃO

4.1 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura deste contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o depósito da caução definitiva no valor de R\$ 873.369,42 (Oitocentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos) correspondentes a 1,0% (um por cento) do valor global previsto para a contratação.

4.2 - A caução definitiva deverá ser efetuada:

- em moeda corrente do país;
- fiança bancária emitida por estabelecimento de crédito em funcionamento no País e aceito pela Prefeitura;
- seguro-garantia, através de depósito da apólice na Tesouraria da Municipalidade.

4.3 - No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, nos seguintes valores mínimos:

- Danos Corporais para Passageiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- Danos Corporais para Terceiros: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
- Danos Morais para Passageiros: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- Danos Materiais para Terceiros: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

4.4 - As despesas da prestação da caução correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

4.5 - A garantia deverá ser renovada anualmente.

4.6 - Para efeito do cálculo do valor da caução e aplicação das penalidades, o valor da contratação será sempre atualizado anualmente, considerando-se o total de passageiros equivalentes do ano anterior, multiplicado pelo valor da tarifa unitária simples na data da atualização.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

5.1 - A CONCESSIONÁRIA deverá:

5.1.1 - cumprir integralmente aos requisitos mínimos estabelecidos nos Anexos I, II, III, IV e V do contrato.

5.1.2 - sujeitar-se às normas que vierem a ser instituídas, referentes à integração do transporte coletivo urbano com o transporte coletivo regular intermunicipal.

5.1.3 - Prover seus funcionários da operação de Curso de Aperfeiçoamento de Conduta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



5.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir, a qualquer título, seu controle societário ou a concessão sem a prévia anuência da CONCEDENTE, sendo sempre a única responsável pelos encargos diretos ou indiretos, da concessão, tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, decorrentes de acidente do trabalho ou outros danos causados por seus prepostos ou terceiros na execução dos serviços concedidos, não podendo por estes requerer acréscimos ao contrato ou alegar solidariedade ou subsidiariedade da CONCEDENTE.

5.3. - Os termos dispostos no Edital, nas cláusulas e condições deste Contrato e as constantes dos demais Anexos completam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões. Dessa forma, todos os Anexos integram o Edital e este Contrato, como se nele transcrito, valendo suas condições e estipulações como normas para o procedimento e para a execução do objeto contratual.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

6.1 - Incumbe à CONCEDENTE:

6.1.1 - Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

6.1.2 - Aplicar as penalidades regulamentares, as constantes no Edital e neste Contrato;

6.1.3 - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em Lei;

6.1.4 - Extinguir a concessão, nos casos previstos na Lei Municipal nº 3.101 de 03/12/98, e nas formas previstas no Edital e neste Contrato;

6.1.5 - Homologar reajustes e proceder à revisão da tarifa na forma da Lei Municipal nº 3.101 de 03/12/98, das normas pertinentes, e das contidas no Edital e neste Contrato;

6.1.6 - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço, as do Edital e deste Contrato;

6.1.7 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

6.1.8 - Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.

7 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO A SEREM OBSERVADAS PELA CONCESSIONÁRIA:

7.1 - São direitos e obrigações dos usuários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



7.1.1 - Receber o serviço adequado;

7.1.2 - Receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;

7.1.3 - Obter e utilizar o serviço, observadas as normas da CONCEDENTE;

7.1.4 - Levar ao conhecimento da CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;

7.1.5 - Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação do serviço;

7.1.6 - Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhe são prestados os serviços.

8 - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A fiscalização será exercida pela CONCEDENTE, por meio do Departamento de Trânsito e Transportes na forma da Lei nº 3.101/98 e Decreto nº 3.611/03 e suas posteriores alterações contidas nos itens I e II do Edital, competindo ao responsável designado dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer da execução deste contrato.

8.2 - A fiscalização prevista no item anterior, não isentará a CONCESSIONÁRIA de qualquer responsabilidade, quanto à correta operação do sistema de transporte a seu cargo.

9 - DAS PENALIDADES

9.1 - À CONCESSIONÁRIA incorrerá em multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato de concessão por dia que exceder o prazo para início dos serviços;

b) 1% (um por cento) do valor global do contrato de concessão atualizado, pela rescisão motivada.

9.2 - Caso a licitante suspenda ou interrompa a operação dos serviços sob seu controle, responderá por multa equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato atualizado, por dia de interrupção.

9.3 - Caso ocorra inadimplemento total das obrigações assumidas pela licitante vencedora, ficará a mesma sujeita à aplicação de multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor global previsto para a contratação.

9.4 - As multas deverão ser pagas por guia de recolhimento, na Divisão de Tributação do Departamento Financeiro, situado na Rua Dr. José Alves nº 129 - Centro, até o último dia do mês que ocasionou o fato gerador, ou poderá ser cobrada judicialmente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



9.5 - No caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n°. 3.101 de 03/12/1998 e Decreto n°. 3.611 de 28/11/2003, e suas alterações previstas nos Anexos I e II deste contrato.

9.6 - Independentemente da aplicação das multas previstas nos itens anteriores, a licitante vencedora estará sujeita às demais penalidades constantes do artigo 87 da Lei n°. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

10 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - Constituem motivos para a rescisão unilateral da concessão, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) A falência, a liquidação ou a dissolução da Concessionária, no caso de ou falecimento do empresário e seu titular, no caso de firma individual;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura Concessionária, de forma que inviabilize a execução do contrato e/ou termo;
- c) Inobservar as especificações técnicas aplicáveis nos serviços do objeto deste contrato e seus anexos;
- d) Der causa a atraso no início dos serviços, por mais de 05 (cinco) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço Operacional;
- e) Sem justa causa, a critério do CONCEDENTE, abandonar ou suspender a execução dos serviços no prazo superior a 20 (vinte) dias;
- f) Não atender, no prazo de 20 (vinte) dias, sem justa causa, as determinações do CONCEDENTE, em assuntos relacionados ao contrato, após ter recebido comunicação por escrito nesse sentido;
- g) Não cumprir com os prazos estabelecidos;
- h) Nas demais hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e nas legislações aplicáveis.

10.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Município, a rescisão importará em:

- a) Aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Poder Público Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- b) Declaração de inidoneidade quando a concessionária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas; a declaração de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurando ampla defesa à concessionária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



c) Nas demais hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

10.3 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como naquelas previstas na Lei nº 3.101 de 03/12/1998 e suas posteriores alterações contidas no Edital.

11 - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL

11.1 - A CONCESSIONÁRIA se obriga a cumprir todas as determinações e exigências contidas no edital da Concorrência Pública nº 001/2007 e seus anexos, que fica fazendo parte integrante e inseparável do contrato, independentemente de estarem aqui transcritas, sob pena de dar causa a rescisão e responder pelas multas e sanções previstas.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro desta Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O prazo máximo de implantação e adequação dos veículos, será de:

13.1.1 - sistema de qualidade ISO 9001:2000: 180 (cento e oitenta) dias;

13.1.2 - veículo novo (zero km): imediato, em conformidade com as especificações constantes do Anexo IV deste contrato e o prazo fornecido no item 10.1.2 do edital.

13.1.3 - veículo usado com até 01 ano: imediato, em conformidade com as especificações constantes do Anexo IV deste contrato e o prazo fornecido no item 10.1.2 do edital.

13.1.4 - veículo usado com mais de 01 ano: 150 (cento e cinquenta) dias para:

13.1.4.1 - pintura e "layout" externo;

13.1.4.2 - pneus;

13.1.4.3 - bancos.

13.1.5 - veículos adaptados às pessoas portadoras de deficiências: 30 dias;

13.1.6 - garagem: 30 dias.

13.1.7 - Abrigos, Postes e Placas Sinalizadoras de Ponto de Parada de Ônibus: 90 dias.

[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Recursos Materiais - Divisão de Licitações
Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fones: (19) 3814-1046 / 1048 / 1049 / 1052



13.2 - Os prazos serão contados a partir do 1º (primeiro) dia subsequente ao da assinatura deste contrato de concessão e correspondente Ordem de Serviço.

13.3 - Fica fazendo parte integrante deste Contrato o Edital da Concorrência Pública n°. 001/2007, com todos os seus anexos, bem como a Proposta Técnica da CONCESSIONÁRIA, respectivamente, do Processo n°. 00619/2005, independentemente de transcrição.

13.4 - Anexos do contrato:

Anexo I - Leis


Anexo II - Decretos


Anexo III - Projeto de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo

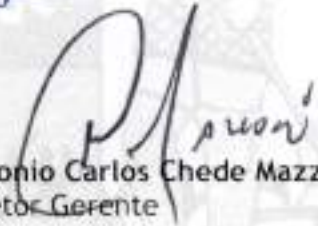
Anexo IV - Especificações técnicas dos veículos

Anexo V - Tarifa: Metodologia de Cálculo

Mogi Mirim, 25 de abril de 2007.

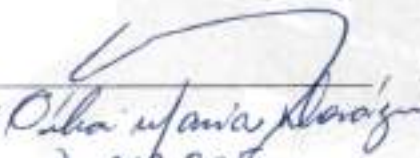

Carlos Nelson Bueno
Prefeito Municipal


Francisco Carlos Mazon
Diretor Superintendente



Antonio Carlos Chede Mazzoni
Diretor Gerente

Testemunhas:

Nome
RG

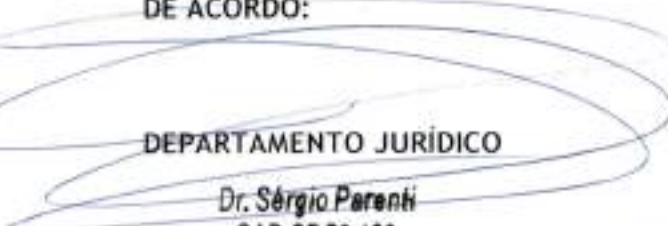

7.218.308-2

Nome
RG


17763113

DE ACORDO:

DEPARTAMENTO JURÍDICO


Dr. Sérgio Parenti
OAB-SP 78.130







PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052

CONTRATO Nº. 004/2008

Entre o Município de Mogi Mirim e a empresa SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, é celebrado o presente contrato de concessão de serviço público de administração, operação e exploração do Terminal Rodoviário de Mogi Mirim, na forma e condições seguintes, reciprocamente estipuladas e aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES

São partes neste instrumento: o Município de Mogi Mirim, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Nelson Bueno, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e a SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, empresa sediada em Campinas, estado de São Paulo, na Rua Dr. Alberto de Cerqueira Lima nº.657 - Jd. Dom Bosco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 43.217.280/0001-05, aqui representada por seu procurador EURÍPEDES FERREIRA BRASIL JUNIOR, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.110.594 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 952.106.448-04, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO E PRAZO

É objeto deste contrato a concessão onerosa do Terminal Rodoviário de Mogi Mirim à CONCESSIONÁRIA, para que esta, com exclusividade, realize seu gerenciamento, administração, operação, manutenção e exploração comercial, pelo prazo de 30 (trinta) anos, conforme termos e condições descritos no Edital de Licitação na Modalidade de Concorrência sob nº 005/08, o teor da sua proposta comercial e, ainda, atendidas as disposições legais contidas nos artigos 6º e 7º da Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e ainda na Lei Municipal nº 4548 de 20 de fevereiro de 2008, que ficam fazendo parte deste instrumento, independente de transcrição. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

O presente contrato tem o valor básico estimado em R\$ 18.188.424,00 (Dezoito milhões, cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais). As receitas da CONCESSIONÁRIA serão advindas das tarifas e serviços constantes do "Anexo I- Termo de Referência", integrante do Edital de Licitação, de forma que o capital de giro e os investimentos despendidos pela CONCESSIONÁRIA, sejam por elas remunerados e amortizados.

CLÁUSULA QUARTA - ENCARGOS

Os encargos do poder CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA e os direitos e obrigações dos usuários, além dos que já estão estipulados no Edital de Licitação, origem deste contrato, são os expressos nos artigos 29 a 31, da Lei Federal 8.987/95, que as partes declaram conhecer e se obrigam a cumprir, no que couber à relação aqui formalizada.

CLÁUSULA QUINTA - OBRAS DE MELHORIAS

A CONCESSIONÁRIA deverá executar as Obras de Melhorias do Terminal Rodoviário de Mogi Mirim, relacionadas no Edital de Licitação - Concorrência Pública nº. 005/2008, de acordo com os projetos básicos apresentados no Anexo VII - Obras de Melhorias, no prazo máximo de 01 (um) ano, a partir da assinatura deste contrato. O início das obras de melhorias se dará no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052

Deverá ainda, durante as obras de implantação das melhorias, preservar a execução dos serviços objeto deste contrato, com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

A CONCEDENTE terá o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços previstos no presente Contrato, inclusive sobre as Obras de Melhorias previstas no Edital da Concorrência Pública nº. 005/2008, por intermédio do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, não importando a ação ou omissão dessa fiscalização em redução ou supressão das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA por eventuais erros, falhas ou omissões relacionadas com os serviços. A fiscalização da CONCEDENTE deverá apontar as faltas cometidas pela CONCESSIONÁRIA, por escrito, concedendo-lhe prazo compatível para solução, salvo emergências. Na hipótese de não atendimento das notificações da fiscalização ou o descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações aqui avençadas, poderá implicar, a critério do Poder CONCEDENTE, mas garantido prévio contraditório, na imposição das penas de advertência, multa e caducidade. As advertências serão sempre formalizadas por escrito. A multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excederá, isoladamente, o equivalente a 2% (dois por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções. A caducidade somente será declarada na forma e condições previstas no artigo 38 da Lei Federal 8.987, de 13/02/95.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO

Os valores das Tarifas de Embarque no Terminal, serão corrigidos na mesma data e no mesmo percentual de variação das passagens das linhas intermunicipais, interestaduais e internacionais, respectivamente, que utilizam o Terminal Rodoviário. Excetuadas as tarifas de embarque, os valores das demais tarifas serão reajustados a cada 12 (doze) meses, ou conforme periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas – IGP-DI /FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, ocorrida no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E OBRIGAÇÃO DAS PARTES

8.1 Caberá à CONCESSIONÁRIA, além das obrigações estabelecidas no Edital:

8.1.1 Executar os serviços objeto do presente Contrato de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos do Edital, deste contrato e dos demais detalhes e ordens que emanarem do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes.

8.1.2 A exploração comercial deverá observar e se ater às atividades descritas no Regulamento Interno do Terminal, e no Edital de Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº.005/2008, origem deste contrato.

8.1.3 Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativa à mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamento.

8.1.4 Manter representantes que estarão credenciados a representá-la em todos os atos referentes à execução do presente Contrato. Estes representantes terão como substitutos, em seus impedimentos ocasionais, seus auxiliares diretos, credenciados perante o Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, os quais ficarão também, permanentemente no local.

8.1.5 Na hipótese da CONCESSIONÁRIA necessitar substituir seus prepostos, deverá informar o nome dos substitutos por escrito à CONCEDENTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052



8.1.6 Facilitar para o Departamento Municipal de Trânsito e Transportes todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, fornecendo toda a documentação requerida.

8.1.7 Fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços objeto deste Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

8.1.8 Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da CONCESSIONÁRIA, ou de suas subcontratadas, com a CONCEDENTE.

8.1.9 Respeitar rigorosamente a legislação pertinente e em especial, o Regulamento Interno do Terminal Rodoviário, instituído por Decreto Municipal.

8.1.10 Fornecer todos os materiais e equipamentos para os serviços objeto deste Contrato, ficando a cargo destas o transporte dos equipamentos de sua propriedade a serem alocados aos serviços, sem nenhum ônus para a CONCEDENTE.

8.1.11 Correrão por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA quaisquer indenizações por danos e/ou prejuízos causados por ela ou suas subcontratadas à CONCEDENTE ou a terceiros.

8.1.12 A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pela guarda do imóvel, dos equipamentos e materiais objeto da presente licitação, bem como das instalações relacionadas, cumprindo-lhe prever e prover o necessário seguro, a fim de acautelar danos ou prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, impacto de veículos, responsabilidade civil, queda de avião.

8.1.13 A CONCESSIONÁRIA apresentou neste ato apólice de seguro relativa ao Terminal Rodoviário de Mogi Mirim, no valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), conforme avaliação realizada pela Prefeitura Municipal.

8.1.14 Correrão por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA, todos e quaisquer tributos em razão dos serviços objeto deste Contrato, qualquer que seja a modalidade de sua incidência, inclusive o imposto de renda.

8.1.15 Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciárias, bem como a exigir das eventuais subcontratadas rigorosa comprovação de idênticas quitações.

8.1.16 A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento do valor fixado a título de outorga da concessão, conforme previsto na cláusula 9ª (nona) deste contrato;

8.1.17 A CONCESSIONÁRIA poderá, através de solicitação e aprovação do Poder CONCEDENTE, efetuar alterações e/ou implantar novos serviços, desde que motivados e justificados pela necessidade de adaptação à novas exigências da demanda de usuários e tecnologia, respeitando-se os órgãos/entidades regulamentadores dos serviços de um Terminal Rodoviário de Passageiros.

8.2 - Caberá ao PODER CONCEDENTE:

8.2.1 Constitui direito irrevogável da CONCEDENTE o de aditar, a qualquer tempo, os serviços da CONCESSIONÁRIA, preservando-se sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.2 Solicitar o afastamento dos representantes da CONCESSIONÁRIA, de seus substitutos eventuais ou de subcontratados, se a permanência de quaisquer desses elementos em tais funções for julgada inconveniente, justificadamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052

8.2.3 Na hipótese da CONCEDENTE vir a solicitar o afastamento de pessoal, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar prontamente a substituição desses representantes, substituindo-os por outros aceitos pela CONCEDENTE, sem que dessa substituição possa advir qualquer ônus para este último.

8.2.4 Fiscalizar os serviços objeto deste contrato, aplicando as penalidades aos infratores, conforme previsto na cláusula sexta.

8.2.5 Intervir na concessão, nos casos e condições previstos em Lei.

8.2.6 Zelar pela boa qualidade dos serviços, recebendo, apurando e solucionando queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.

8.2.7 Liberar as áreas internas do Terminal Rodoviário para sua entrega a CONCESSIONÁRIA.

8.2.8 Fiscalizar a execução das obras de complementação e adequação, os serviços de administração, a operação e exploração comercial do Terminal Rodoviário de Mogi Mirim.

8.2.9 Fazer cumprir a Lei Municipal nº. 4548 de 20 de fevereiro de 2008, do Município de Mogi Mirim.

CLÁUSULA NONA – OUTORGA

A CONCESSIONÁRIA pagará à Prefeitura de Mogi Mirim, a título de outorga da Concessão, no ato da assinatura deste CONTRATO, o valor de R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais) conforme estipulado no Edital de Licitação – Concorrência Pública nº. 005/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONCESSIONÁRIA manterá a disposição do Poder CONCEDENTE, independentemente de prévio aviso, todos os documentos, contratos, recibos, demonstrativos do movimento financeiro, etc., visando ao seu controle da relação contratual. Anualmente, deverá a CONCESSIONÁRIA fazer publicar, no Diário Oficial do Estado, o balanço patrimonial de atividades do exercício anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOCUMENTOS E NORMAS INTEGRANTES

Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Concorrência nº 005/2008, origem deste Contrato, seus anexos, e a proposta comercial da CONCESSIONÁRIA, independente de sua transcrição. Subordina-se esta contratação aos ditames das leis federais 8.666/93, 8.987/95, e da Lei nº. 4548 de 20 de fevereiro de 2008, do Município de Mogi Mirim, obrigando-se as partes, à respeitá-las e cumpri-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

12.1 A CONCESSIONÁRIA prestou garantia, na data de 28 de maio de 2008 consistente em Carta de fiança, celebrado com Banco Pólis, no valor de R\$ 363.368,98 (trezentos e sessenta e três mil e noventa e oito reais) para resguardar o perfeito cumprimento do presente. em ato notarial e ato notarial.

12.2 A garantia prestada poderá ser substituída mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as modalidades permitidas no edital e previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052

A CONCEDENTE poderá rescindir o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

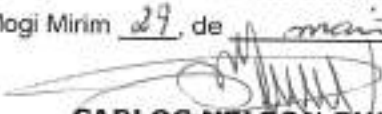
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OS BENS CONSIDERADOS REVERSÍVEIS

- a) Imóvel, localizado à Rua Padre Roque, s/nº - Bairro da Saúde – Mogi Mirim, com área de terreno de 8.159m² e área construída de 3.339m², destinado à operação do Terminal Rodoviário de Passageiros, constituído por plataformas de parada de ônibus, áreas de embarque e desembarque de passageiros, sanitários, área administrativa, bilheteria e área de alimentação.
- b) Todas as melhorias implantadas e/ou introduzidas no imóvel, bem como, as adequações mobiliárias, descritas no Anexo VII – Obras de Melhorias, do Edital, especialmente as citadas no Memorial Descritivo e Orçamento Estimativo das Obras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO


Elegem as partes, como único competente para dirimir toda e qualquer questão que possa resultar deste contrato, o foro da Comarca de Mogi Mirim, com renúncia expressa a qualquer outro, por privilegiado que seja. E por se acharem assim ajustadas e concordes, firmam, por seus representantes, o presente instrumento, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mogi Mirim 29 de maio 2008



CARLOS NELSON BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
P/CONTRATANTE



EURÍPEDES FERREIRA BRASIL
JUNIOR
P/CONTRATADO

Testemunhas:


CÉLIA MARIA DORÁZIO
DIRETORA DO DRM
RG Nº.7.219.905-2

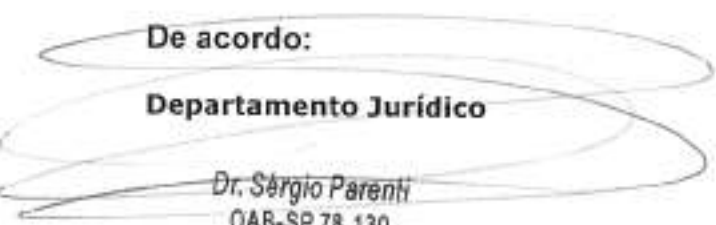
Gestor:


MARÍNÈS GUILÉN
ASSESSOR DO DRM
RG Nº.18.831.103-8


ENGº. VITOR RUBENS M. COPPI
DIRETOR DE TRANSITO E
TRANSPORTES

De acordo:

Departamento Jurídico


Dr. Sérgio Parenti
OAB-SP 78.130



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Dr. José Alves nº.129 - Centro Fone: (19) 3814-1046/1048/1049/1052

152
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

Órgão: Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Contrato nº. 089/08

Objeto: Concessão de serviço público de administração, operação e exploração do Terminal Rodoviário de Mogi Mirim

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Contratada: SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº.709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Mogi Mirim, ...29... de ...maio... de 2008


CARLOS NELSON BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
P/CONTRATANTE


EURIPEDES FERREIRA BRASIL
JUNIOR
P/CONTRATADO